

Belo Horizonte, 01 de junho de 2020.

Prezados(as) Senhores(as)

Como já informado, trazemos em anexo a **9ª versão** do nosso Ementário, que traz as legislações e normas relativas ao Coronavírus.

Nessa nova versão, acrescentamos os instrumentos publicados no decorrer da última semana.

De igual forma, trazemos abaixo algumas orientações a respeito dos acréscimos realizados nessa nova versão.

Governo Federal

- Instrução Normativa nº 1 de 20 de maio de 2020, que disciplina os recursos de acessibilidade na publicidade e pronunciamentos de órgãos do Poder Executivo Federal

A instrução disciplina a utilização dos recursos de acessibilidade na publicidade realizada pelo Governo Federal, quais sejam, formatos acessíveis, legenda, substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete de libras, audiodescrição, e outros recursos como Braile, caracteres ampliados e formatos aumentativos e alternativos de comunicação.

Congresso Nacional

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 44 de 27 de maio de 2020, que prorroga a vigência da MP 936

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou por 60 dias a vigência da Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19.

Ministério da Cidadania

- Resolução nº 7, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS

A resolução dispõe que a Assembleia de eleição dos membros do Conselho Nacional de Assistência Social para a Gestão 2020-2022 se dará virtualmente no dia 02 de junho de 2020, a partir das 10 horas.

De igual forma, a indicação de representação na Assembleia de Eleição Virtual dos eleitores postulantes à habilitação pelos segmentos de representação da sociedade civil deverá ser apresentada até o dia 29 de maio de 2020, por email.

- Portaria nº 394, de 29 de maio de 2020, que dispõe competências e fluxos relativos ao pagamento do auxílio emergencial

A Portaria estabelece competências, fluxos de tramitação e de análise de processos relativos ao pagamento do auxílio emergencial.

Governo Estadual

Secretaria de Estado de Educação

- Resolução SEE nº 4.336, de 29 de maio de 2020, alterando a Resolução nº 4.310

Modifica o artigo 12 da Resolução nº 4310, de 17 de abril de 2020, no sentido de estabelecer que compete ao estudante, se maior de idade, ou sob a supervisão de responsável, se menor de idade, realizar o PET de todos os componentes curriculares e devolvê-lo na primeira semana subsequente ao final do mês em que receber as atividades da unidade escolar ou conforme logística estabelecida pelo Gestor Escolar, respeitadas as especificidades da realidade local, a garantia das condições sanitárias adequadas e observadas as orientações das autoridades de saúde.

Atenciosamente,

Maria Tereza F. B. A. Cunha
Procuradora Jurídica Federação MG